

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº068/2017**

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Santana de Parnaíba, compareceram as partes entre si contratadas, a saber: de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.522.983/0001-27, com sede na Praça Monte Castelo, nº 04, Centro, Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **ELVIS LEONARDO CEZAR**, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, considerando o julgamento do PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/17, e a respectiva homologação, do Processo Administrativo nº 037/17, RESOLVE registrar os preços da Empresa **LOTUS DISTRIBUIDORA LTDA EPP-ME**, inscritano CNPJ/MF sob nº 07.909.848/0001-87, estabelecida na Rua José Gonçalves Gomide, n.º 478, Vila Guilherme, São Paulo/SP, CEP-02075-001, neste ato representada por seu Procurador o Senhor **EMERSON DA ROCHA JARRÓ**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.774.473-6-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 176.617.378-56, doravante denominada simplesmente **DETENTORA DO REGISTRO**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002, e alterações, Lei Municipal 2.700/06, Decretos Municipais 2.805/06, 2794/06, que trata do pregão; 3286/11, 3360/11, que dizem respeito ao Registro de Preços, bem como à Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14 e em conformidade com as disposições a seguir.

### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

- 1.1.** O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de **MÓVEIS ESCOLARES E MÓVEIS DE ESCRITÓRIO**, compreendendo a entrega, montagem e assistência técnica durante o período de garantia, constante do item 93, conforme informações constantes no Anexo I/I.a – Termo de Referência e nas especificações e condições que trata o Edital de Pregão Presencial nº 008/17, os quais fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA II - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

#### **2.1. Dos prazos:**

- 2.1.1.** De vigência do registro de preços: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinaturada Ata de Registro de Preços;
- 2.1.2.** Do fornecimento: em até 10 (dez) dias, contados a partir da data de emissão do pedido de compra ou nota de empenho, prorrogáveis em casos pontuais e devidamente justificados.

## **2.2. Das condições de entrega:**

**2.2.1.** A empresa detentora da Ata de Registro compromete-se a assumir e desempenhar adequadamente todas as atribuições inerentes ao fornecimento do objeto, tais como:

- a) Fornecedor do objeto, de acordo com a descrição estabelecida no Memorial Descritivo – Anexo I.
- b) Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo do objeto que integra o escopo de fornecimento;
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude do fornecimento dentro do padrão técnico solicitado;
- d) Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com o fornecimento.

**2.2.2.** Caso os produtos, em uma ou mais embalagens, apresente problemas de qualidade, ou desconformidade com as especificações contidas no anexo I, a Contratada deverá efetuar a substituição, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação, sob pena de não receber o valor do referido produto, independentemente da aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços.

## **2.3. Dos locais de entrega**

**2.3.1.** A entrega será realizada de forma parcelada conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Estrada Tenente Marques, nº 5431 – Jardim do Luar (Fazendinha) – Santana de Parnaíba/SP, ou conforme orientação da Secretaria, Coordenadoria ou Administração Regional solicitante.

## **CLÁUSULA III – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**3.2.** O fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias primas, listas de preços de fabricante, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

- 3.3. Na hipótese de não-aceitação da justificativa apresentada, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total – 30% (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho – caso a empresa não mantenha o compromisso assumido.
- 3.4. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
- 3.5. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela Prefeitura para o objeto pesquisado.

#### **CLÁUSULA IV – DO CANCELAMENTO E DA RESCISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações referidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no artigo 13 do Decreto Municipal nº 3.286/11 e no artigo 8º da Lei Municipal nº 2700 de 10 de Fevereiro de 2006.
  - 4.1.1. A inexecução total ou parcial da Ata de Registro enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
  - 4.1.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.2. A rescisão poderá ser:
  - 4.2.1. determinada por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a **DETENTORA DO REGISTRO** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou
  - 4.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura; ou
  - 4.2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 4.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

- 5.1. A empresa cujo preço seja registrado fica obrigada a:
  - a) Entregar o objeto adjudicado mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação, ou qualquer outra Secretaria, Coordenadoria ou Administração Regional, observadas as condições estipuladas neste edital, na proposta, na Ata de Registro de Preços, na nota de empenho ou pedido de compra.

**5.2. Da assistência técnica, manutenção e garantia:**

- 5.2.1.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover defeitos apresentados pelos materiais compreendendo, neste caso, a substituição de peças, ajustes, reparos, e correções necessárias;
- 5.2.2.** A manutenção corretiva deverá ser realizada em dias úteis em no máximo de 48 horas da solicitação, no horário do expediente;
- 5.2.3.** A assistência técnica será prestada durante o período da garantia dos móveis.
- 5.2.4.** A garantia dos mobiliários, contra defeitos de fabricação e de reposição de peças será de no mínimo 12 (doze) meses, contados da montagem dos móveis.
- 5.3.** O(s) detentor(es) da Ata de Registro não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

**CLÁUSULA VI – DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 6.1.** O objeto desta licitação deverá ser entregue conforme especificações contidas no Termo de Referência, em consonância com as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 6.2.** O objeto somente será recebido se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta apresentada pelo adjudicatário da Ata de Registro de Preços.
- 6.3.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 6.4.** Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal/fatura e o endereço de entrega.

**CLÁUSULA VII– DO PAGAMENTO**

- 7.1.** O fornecimento do objeto desta ata, após ser recebido e conferido pela Secretaria Municipal de Educação, terá sua nota fiscal encaminhada ao Tesouro Municipal, o qual efetuará o pagamento preferencialmente, através de depósito bancário (Banco do Brasil, Agência 4770-8, na conta corrente nº 32478-7) no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua liquidação.
- 7.2.** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Secretaria de Finanças no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 7.2.1.** Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

## **CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES**

- 8.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções estipuladas nas Leis nºs 8.666/93, 10.520/02, na Lei Municipal nº 2700/06 e no Decreto 2805/06, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e demais penalidades legais;
- 8.2.** A empresa detentora da ata de registro para fornecimento do objeto, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às sanções previstas nos subitens abaixo:
- 8.2.1.** O atraso injustificado no fornecimento do objeto ou descumprimento das obrigações estabelecidas na Ata de Registro sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,1% (hum décimo por cento) por dia e por ocorrência, sobre o valor total da Ata de Registro, até o máximo de 15 (quinze) dias, recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, uma vez comunicado oficialmente. No caso da paralisação injustificada na entrega do objeto, será aplicada a licitante vencedora a multa correspondente a 0,1% (hum décimo por cento) do valor da Ata de Registro, pelo atraso superior a 5 (cinco) dias e até o máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.2.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
- 8.2.2.1.** advertência;
- 8.2.2.2.** multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução da Ata de Registro, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial;
- 8.2.2.3.** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- 8.2.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 8.3.** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas no item anterior:
- 8.3.1.** pela recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços;
- 8.3.2.** pelo descumprimento de alguma outra condição estipulada neste Edital e em sua proposta.



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**  
Estado de São Paulo

- 8.3.3.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
- 8.3.4.** Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas no item 8.2.2.
- 8.3.5.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**CLÁUSULA IX – DO VALOR REGISTRADO**

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNIT	TOTAL
93	17	Und	Roupeiro de aço com 8 portas sobrepostas, com 2 vãos verticais e 4 horizontais. Dimensões externas: 1.950mm de altura x 1245 mm de largura x 410mm de profundidade Características: - Móvel todo em chapa de aço com caixa externa não desmontável e portas embutidas; - Na cor cinza cristal ou com tonalidade a ser definida de acordo com o catálogo de cores do fabricante; - Dimensões externas: 1.950mm de altura x 1245 mm de largura x 410mm de profundidade; - Medidas Internas dos compartimentos: 930mm de altura x 300mm de largura x 380mm de profundidade; - Internamente possuir 2 (dois) cabides de poliuretano em forma de “U” medindo 90mm, encaixados na parte superior, um de cada lado, em cada compartimento; - Corpo, portas, reforços e prateleiras fabricados em chapa 22 (0,75mm); - Chapas de aço carbono Laminado FF.RB.OL 1008/1010, com tratamento antidecapante e antiferruginoso, sofrendo um rigoroso tratamento químico protetivo, com pintura à base de tinta epóxi à pó, com carga eletrostática, tendo no mínimo cumprido 7 estágios sem contato manual, sendo posteriormente secados em estufa a 180°C; - Portas reforçadas, cada uma,	METODO	R\$ 970,29	R\$ 16.494,93



## PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA

Estado de São Paulo

		<p>com 1 (uma) canaleta vertical, com largura mínima de 60mm mais aba no total de 100mm, soldada eletricamente a ponto, localizada na região interna das portas contendo duas dobras em perfil “U”;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Bordas dobradas em todo o seu contorno em perfil “U” com largura mínima de 20mm;</li><li>- Duas fileiras de 10 venezianas para ventilação estampadas na parte superior e inferior do lado direito das portas, medindo 50 x 18mm, contendo uma alça em chapa de aço soldada do lado esquerdo medindo 43 x 23mm;</li><li>- Alça para fechamento com cadeado contendo um furo oblongo de 10 x 5mm, sendo uma peça soldada no lado esquerdo central da porta e outra no corpo lateral do roupeiro, de maneira que ao fechar as portas não apresentem distorções de encaixe;</li><li>- Divisões internas entre as portas dobradas em perfil “U” de 30mm, inteiriças dividindo o corpo em 8 partes;</li><li>- Prateleiras internas em perfil dobrado de 20mm, separando os vãos no sentido vertical e servindo de batente para as portas;</li><li>- Chapéu superior individual em “Z” de 20 x 20 x 10, soldada formando a parte superior e batente para a porta em uma única peça;</li><li>- Dobradiças externas, enroladas, em chapa de aço 18 (1,20mm) divididas em 2 partes de 33mm, unidas através de um pino de aço cromado, com trava de segurança central que permite a retirada da porta somente após estar aberta;</li><li>- Pés em forma de triângulo, soldado nos quatro cantos, na parte inferior do roupeiro, medindo 60 x 60 x 80mm fabricados em chapa 14 (2,00mm), sendo a parte de apoio no chão de 30 x 30mm, o que proporciona maior estabilidade ao produto;</li></ul> <p>Garantia de 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação.</p>		
<b>Valor Total</b>				R\$ 16.494,93

### CLÁUSULA X – DA FORMA DE FORNECIMENTO

**10.1.** O fornecimento será parcelado, por item e de acordo com o solicitado por cada Secretaria.

## **CLÁUSULA XI- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**11.1.** Este instrumento é regido pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Municipal nº 2700 de 10 de Fevereiro de 2006 e do Decreto Municipal nº 2805 de 27 de Março de 2006, Decretos Municipais 2794/06, que trata do pregão, 3286/11 e 3360/11, que dizem respeito ao Registro de Preços, bem como à Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas disposições contidas no Edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA XII - DO FORO**

**12.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais dúvidas surgidas na execução desta Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas adiante identificadas.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

**EMERSON DA ROCHA JARRÓ**  
Procurador

### **Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
**Arnaldo Sales**  
RG-15.903.273

2. \_\_\_\_\_  
**Érica Soares de Lima Oliveira**  
RG-27.638.746-6